

Dívida externa provoca dia agitado no plenário

Os estudos do Banco Central para viabilizar a dívida externa em capital de risco no País provocaram ontem uma grande discussão no plenário da Constituinte. A iniciativa do BC foi repudiada pelos partidos de esquerda, como o PT, PDT e PC do B e recebeu apoio do líder do PFL, deputado José Lourenço. A discussão mais acalorada foi entre o líder pefelista e o deputado Haroldo Lima. José Lourenço chegou a dizer que o PC do B era na verdade o Partido Comunista da Albânia e Haroldo Lima respondeu qualificando-o de "entreguista e sa-lazarista".



A discussão toda foi provocada porque os parlamentares de esquerda cobraram do presidente da mesa da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, uma posição sobre o projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco no País. Esse projeto já foi aprovado pela Comissão de Sistematização há 17 dias e os deputados queriam saber porque ele ainda não tinha sido submetido a votação no plenário, como prevê o Regimento Interno da Constituinte.

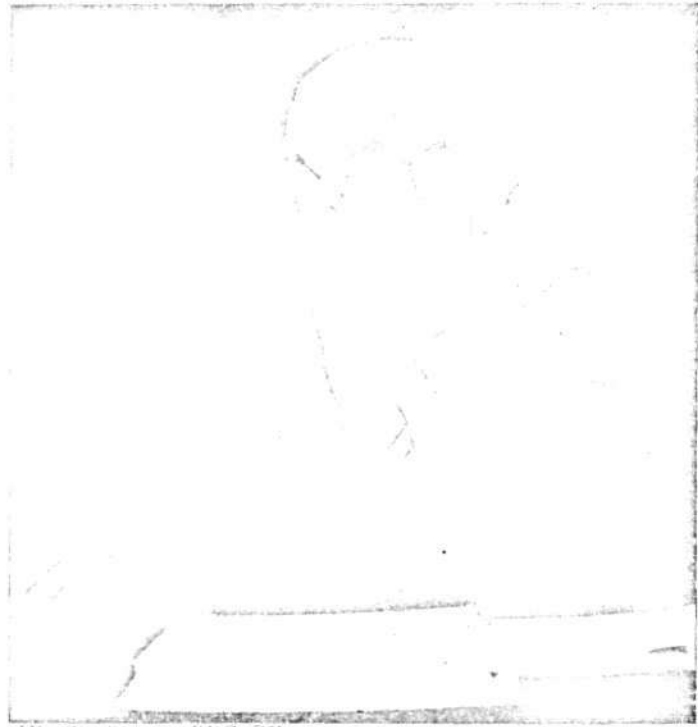
O deputado Lisâneas Maciel (PDT-RJ) cobrou uma posição da mesa afirmando que "já estão sendo feitas normas e diretrizes, para que essa decisão seja tomada ao arripio do que foi decidido aqui". Essa posição foi acompanhada pelos deputados Haroldo Lima e Aldo Arantes do PC do B e José Genúino do PT. Ulysses Guimarães respondeu que a mesa da Constituinte já tinha requisitado da Comissão de Sistematização uma resposta formal sobre a matéria.

José Lourenço contestou a posição da esquerda dizendo que enormes massas de recursos estão procurando um local para investimentos. "Alguns pretendem que continuemos em moratória eternamente, quando não temos dinheiro nem para pagarmos um alfinete". Haroldo Lima aproveitou para qualificar essa posição de "entreguista". O líder pefelista reagiu dizendo que "essas idéias são exatamente do tamanho do país que eles representam, aquele que fica próximo ao Mar Adriático e faz fronteira com a Iugoslávia".

Haroldo Lima tentou responder, mas teve a palavra cortada por Ulysses Guimarães, lembrando que no horário de licença não se permite apertes. Brandão Monteiro, líder do PDT, apoiou o pronunciamento de Haroldo Lima e pediu que se elevasse mais o nível dos debates, numa referência às considerações do deputado José Lourenço.

Debate apático

A deputada Beth Azize (PSB-AM) pediu a participação do povo na Constituinte e reclamou da apatia a que está relegado o debate do Projeto de Constituição. "Nesta clima de apatia, sem atenção do plenário, não existe qualquer estímulo para falar, apertar, discutir, discutir, discutir", afirmou. "Está constrangendo para um por-



Virgílio Távora (PDS-CE) esteve ontem com o presidente Sarney

Receita de Távora é dizer a verdade

O Governo terá de dizer a verdade ao povo brasileiro, sem tergiversações, para dele obter apoio político e poder tentar corrigir as distorções da nossa economia.

Essa é a essência do pensamento do vice-líder do PDS no Senado e na Assembleia Constituinte, senador Virgílio Távora, que informou, ontem, havê-la transmitido ao presidente José Sarney, seu companheiro de partido no Congresso.

Virgílio, que sempre tratou dos problemas econômicos do País no Senado, em nome de seu partido, é de opinião que o atual Governo deva fazer uma ampla campanha de esclarecimentos ao povo, a fim de prevenir-se para a hipótese de ter de fazer correções ao Plano Bresser.

Ontem, o senador pedessista do Ceará alertou os constituintes e o próprio Governo, para o fato de que o projeto de Constituição, no tocante à distribuição de renda entre as várias regiões do País, contém imperfeições capazes de inviabilizar qualquer projeto econômico no Brasil.

Segundo Virgílio, de acordo com as regras de distribuição de rendas da Constituição em vigor, a União perderá 26% do que hoje arrecada. No momento, a arrecadação federal é de 889 bilhões de cruzados, dos quais são transferidos para Estados e municípios 268 bilhões, cabendo a União, portanto, 620 bilhões em números redondos. Com a nova sistemática, devido à extinção de alguns impostos, a União arrecadará apenas 815 bilhões, sendo que 353 bilhões passarão aos estados e municípios.

restando 462 bilhões disponíveis, para o Governo Federal.

Em consequência desse fato, Távora prevê sérias dificuldades para a execução dos programas do Governo Federal, ainda no ano corrente. Informou ainda que para baixar o déficit público a 3,5% do PIB, conforme pretende o Executivo terá de aprofundar os cortes de despesas. Até agora, ao que disse, os cortes proporcionaram a queda de 6,7 do PIB para 6,5. Para chegar ao número desejado, terão de ser cortados gastos no valor de mais de 300 bilhões de cruzados, isto é, de mais de cinco bilhões de dólares.

Entendimentos
Com o objetivo de viabilizar o Plano Bresser — que o senador Távora entende precisará ser corrigido, oportunamente o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, solicitou uma reunião especial da Executiva do partido. Nesse encontro — conforme explicou — a cúpula do PMDB pretende ouvir o ministro Bresser, que esteve no Exterior, tratando da dívida externa brasileira.

O PMDB, quer saber em que termos o Brasil retornará ao FMI. Assim, é conveniente apurar, agora, se essa organização — como tem afirmado seu diretor gerente, Michel Combes — atuará não mais fazendo monitoria, mas apenas acompanhando o desenvolvimento de nossos programas econômicos. Já o grupo ortodoxo do PMDB os chamados progressistas, vai reunir-se, hoje, a fim de estudar o apoio à política econômica do Governo.

Comissão irá buscar apoio para emendas

Nenhuma emenda popular foi encaminhada à Assembleia Nacional Constituinte nos últimos seis dias. Até o momento, das sete propostas apresentadas, apenas a que garante a educação religiosa, no ensino de 1º e 2º graus, foi aceita e será encaminhada ao plenário. As outras seis não cumprem as exigências regimentais — mais de 30 mil assinaturas, número do título de eleitor de todos os signatários e encaminhamento por, no mínimo, três entidades sindicais, partidárias ou associativas da comunidade.

Mas a Comissão de Sistematização não pretende perder essas propostas e por isso está incentivando as entidades para que consigam a assinatura de um parlamentar validando a proposta. Segundo o Regimento Interno da Constituinte, quando a emenda popular é rejeitada ou não cumpre alguma das exigências, qualquer constituinte poderá inscrevê-la, passando a ser o autor.

Até o momento, apenas o deputado José Genúino (PT-SP) inscreveu uma emenda: a do Sindicato dos Artistas de São Paulo que pede o fim da censura. A Comissão Nacional Criança e Constituinte antecipou que não será necessária a assinatura de um parlamentar para validar sua sugestão com um milhão e duzentos mil assinaturas. Até o dia 13 de agosto, a entidade deverá encaminhar uma emenda, que cumpre todos os pré-requisitos regimentais, com mais de 100 mil assinaturas.

As outras emendas pendentes são: a que pede a criação da delegacia de defesa dos direitos do cidadão, encaminhada por Antônio Filgueira Fortuna; a que exige o estudo da Declaração Universal dos Direitos do Homem pelos integrantes das polícias militar, civil, corpo de bombeiros e vigilantes profissionais; a da Câmara Municipal de Cuiabá, e a que garante o ensino fundamental gratuito em qualquer estabelecimento de ensino público ou privado, apresentada pelo Colégio dos Jesuítas de Juiz de Fora.

CNBB faz entrega de suas propostas

A reforma agrária e urbana, a liberdade religiosa e o direito de educação gratuita são as principais reivindicações patrocinadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que ainda se posicionou contrária ao aborto, à eutanásia, à tortura e ao divórcio. Este é o balanço do recolhimento de 1.585.719 assinaturas das quatro emendas populares da CNBB, e que as 1500, serão entregues pelo seu presidente, D. Luciano Mendes de Almeida, ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

O secretário-geral da CNBB, D. Antônio Celso Queiroz, revelou que a tese fundamental das emendas populares é o reconhecimento na nova Constituição, do início ao fim dos seus artigos, da dignidade da pessoa humana através da criação de condições para promovê-la adequadamente em todos os setores da vida nacional. Já o presidente, D. Luciano completou que "não se trata de buscar questões polémicas, mas justamente resolver as polémicas apresentando questões resolvidas". Alertou ainda os signatários que, caso não atendiam aos critérios populares, a

Cabral aceita anistia